



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA!

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 16 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Câmara Municipal quanto à destinação dos recursos oriundos da operação de crédito autorizada pela Lei nº __/2025 (Projeto de Lei nº 82/2025), no âmbito do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, Estado do Rio Grande do Sul, APROVA:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, quanto à destinação dos recursos oriundos da operação de crédito autorizada pela Lei nº __/2025 (referente ao Projeto de Lei nº 82/2025), celebrada no âmbito do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, operado pela Caixa Econômica Federal.

Art. 2º O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento de cada parcela da operação de crédito autorizada, relatório contendo, no mínimo:

- I – A especificação da destinação dos recursos efetivamente recebidos;
- II – O projeto executivo relacionado à aplicação de cada parcela;
- III – O cronograma físico-financeiro detalhado da execução do objeto correspondente;
- IV – Outras informações que se fizerem pertinentes ao controle externo, notadamente quanto à conformidade legal, orçamentária e contratual dos atos administrativos relacionados.

Parágrafo único. A exigência prevista neste artigo não constitui condição suspensiva à contratação, liberação ou ao recebimento das parcelas da operação de crédito pela Administração Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Vereador Luis Fernando Braite, em 16 de junho de 2025.

Ver. Luis Fernando Braite
Bancada do PDT



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA!

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem como objetivo garantir que a Câmara Municipal receba informações claras e detalhadas sobre como estão sendo usados os recursos da operação de crédito autorizada pelo Projeto de Lei nº 82/2025, através do Programa FINISA.

Como se trata de um valor alto, que será pago com dinheiro público, é fundamental que os vereadores — que representam a população — tenham acesso aos dados sobre onde e como esse dinheiro está sendo aplicado. Isso permite acompanhar de perto o andamento das obras ou projetos e fiscalizar se os recursos estão sendo usados de forma correta.

A proposta exige que, a cada parcela recebida do financiamento, o Executivo envie um relatório com a destinação dos valores, os projetos envolvidos e o cronograma de execução. Essas informações são importantes para dar mais transparência às ações da Prefeitura e reforçar o papel fiscalizador da Câmara.

Vale lembrar que essa exigência de envio de relatórios não atrasa nem impede o recebimento dos recursos. O que se busca aqui é mais clareza, responsabilidade e respeito com o dinheiro público. Por isso, peço o apoio dos colegas vereadores para aprovar este projeto.

Ver. Luis Fernando Braite
Bancada do PDT